

XIV

**Gestão de
Informação
e Conhecimento**



XIV. Gestão de Informação e Conhecimento

A Área de Gestão de Informação e Conhecimento desempenha um papel fundamental ao impulsionar a inovação e criar ambientes propícios para a análise e a acessibilidade à informação e ao conhecimento do Tribunal. Sua missão abrange a satisfação das diversas demandas das diferentes dependências da organização e de outros atores externos. Esta área é composta por duas unidades essenciais: Biblioteca e Arquivo.

A. | Biblioteca

A Biblioteca, como unidade de informação, destaca-se como um modelo na gestão do conhecimento. Ela oferece cobertura para todo o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e projeta seu alcance para diversos usuários, promovendo a disponibilidade e acessibilidade de seus recursos. Desenvolve um trabalho editorial contínuo da Jurisprudência do Tribunal, fornecendo assim uma base sólida para a criação da base de dados de jurisprudência e do Digesto Themis da Corte Interamericana, que aproveita as capacidades da inteligência artificial para facilitar o acesso e análise da informação.

1. Base de Dados de Jurisprudência

A Corte Interamericana celebra um marco significativo com o lançamento de sua nova Base de Dados de Jurisprudência, um recurso abrangente que aprimora a acessibilidade e a análise de decisões legais em matéria de direitos humanos. Essa ferramenta inovadora foi desenvolvida utilizando tecnologia de Inteligência Artificial (IA) e está sujeita a um processo editorial contínuo de sistematização e análise de informações, enriquecido com descritores e metadados.²⁰²

A nova plataforma oferece recursos que transformam significativamente a experiência daqueles que acessam, analisam e utilizam a Jurisprudência, proporcionando uma acessibilidade aprimorada e diversas opções de busca para facilitar o acesso às informações.



Sobre la Corte IDH | Noticias | Biblioteca



Jurisprudencia de la Corte IDH



202 A Corte Interamericana de Derechos Humanos agradece à cooperação do Reino da Suécia por seu apoio na elaboração desta Base de Dados de Jurisprudência Interamericana de Direitos Humanos.

2. Digesto Themis203

O Digesto é concebido como um documento público que compila todos os pronunciamentos jurídicos da Corte em relação a um artigo específico da Convenção.

Seu objetivo principal é facilitar o acesso à normatividade da CADH por meio da jurisprudência da Corte, proporcionando uma visão das contribuições das sentenças para a interpretação específica de uma norma da CADH. Cada digesto inclui uma tabela de conteúdo, e as fontes são devidamente citadas nas notas de rodapé. Esta ferramenta é mantida em constante atualização e expansão.

Nesse contexto, a inteligência artificial (IA) desempenha um papel crucial na criação e manutenção do Digesto, ao coletar e organizar eficientemente os pronunciamentos jurídicos da Corte relacionados a um artigo específico da CADH.

3. Tesouro Interamericano de Direitos Humanos204

O Tesouro Interamericano de Direitos Humanos constitui um instrumento de apoio na gestão de informações jurídicas, pois é um meio de referência conceitual útil para orientar e facilitar a seleção de conteúdos pelos usuários através da consulta, recuperação, análise, indexação e interconexão com diferentes sistemas de informação.

O Tesouro permite a redução de ambiguidades semânticas para diferenciar os diferentes significados dos homônimos, bem como melhora a consistência da representação da matéria por meio do controle de sinônimos. Este conjunto de melhorias garante o acesso à informação estabelecendo uma estrutura que conecta os termos semanticamente relacionados, levando em consideração as diferentes denominações jurídicas na região.

203 A metodologia THEMIS é um esforço conjunto e integral da área jurídica, da área de Gestão de informação e Conhecimento da Corte IDH e do Programa Direito Internacional Regional e Acesso à Justiça na América Latina (DIRAJus) da cooperação alemã/GIZ (Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung/Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH). A base da cooperação é um acordo entre a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o governo alemão sobre a promoção do acesso à justiça na América Latina.

204 Desenvolvido graças ao apoio do Programa Direito Internacional Regional e Acesso à Justiça na América Latina (DIRAJus) da cooperação alemã/GIZ (Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung/Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH). A base da cooperação é um acordo entre a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o governo alemão sobre a promoção do acesso à justiça na América Latina.

4. Boletim Atualidade Literária

Com o objetivo de destacar as mais recentes aquisições e as novidades bibliográficas, a Biblioteca publica semanalmente o boletim “Atualidade Literária DerHum”. Esta publicação eletrônica é distribuída para aproximadamente 12.439 assinantes em todo o mundo através do correio eletrônico. Ao longo do ano de 2023, foram produzidos 50 boletins que ofereceram informações detalhadas e acesso a 300 recursos bibliográficos resenhados.

B. | Arquivo

A Área de Arquivo desempenha um papel crucial ao receber e registrar os diversos escritos apresentados pelas partes perante a Corte IDH. Além disso, é responsável por processar e gerenciar o uso de documentos digitalizados que fazem parte dos diferentes casos, medidas provisórias e pareceres consultivos, e supervisionar a publicação dos principais escritos dos casos contenciosos no site da Corte. No ano de 2023, foram processados 5290 escritos recebidos no arquivo digital. Além disso, foram atendidas 539 consultas relacionadas aos processos.

Nesse contexto, foi adquirido um servidor virtual para o armazenamento e sistematização de processos judiciais dos casos concluídos, produto dos sistemas de digitalização, com o objetivo de preservar a memória e o legado documental judicial do Tribunal. Esse enfoque integral garante a administração e preservação eficientes da documentação relevante para o Tribunal, contribuindo assim para o adequado desenvolvimento de suas funções jurídicas e administrativas.

Em conjunto com a Área Legal, foi desenvolvido o Protocolo de Processos, que visa padronizar os procedimentos de criação, manutenção, uso e conservação dos processos da Corte. As regras estabelecidas neste Protocolo permitiram normalizar as práticas de preservação dos processos físicos e digitais, proteger a confidencialidade, os dados pessoais e privados das partes envolvidas nos casos, e melhorar o acesso à informação.

Processo de Certificação ISO 9001:2015 para o Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ) do Processo Digital na Corte IDH

Com o objetivo de fortalecer e implementar processos padronizados, boas práticas e promover a melhoria contínua nas atividades e procedimentos dos diversos documentos digitalizados, em agosto foi iniciado o processo de implementação do Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001:2015.